



CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

PARA A CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DESIGNADO POR “AQUISIÇÃO DE CARTOGRAFIA NUMÉRICA VETORIAL E ORTOFOTOCARTOGRAFIA À ESCALA 1:10 000”

Programa do Concurso Caderno de Encargos

Março de 2017

PROGRAMA DE CONCURSO

SECÇÃO I - Disposições gerais

Art.º 1 - Objeto do concurso

1. Celebração de um contrato de aquisição de serviços de Cartografia Numérica Vetorial e Ortofotocartografia à escala 1:10 000 para a Comunidade Intermunicipal do Cávado (adiante designada por CIM do Cávado), correspondente aos concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde.
2. O objeto do contrato abrange ainda a obtenção, por parte do prestador de serviços, da homologação da Cartografia Numérica Vetorial e Ortofotocartografia à escala 1:10 000 da CIM Cávado, elaborada nos termos do presente caderno de Encargos e seus anexos.

Art.º 2 - Entidade pública contratante

Comunidade Intermunicipal do Cávado, com sede na Rua do Carmo, nº 29, 4700-309 Braga.

Telef: +351 253 201 360

Fax: +351 253 201 369

E-mail: geral@cimcavado.pt

Plataforma eletrónica: “Saphety”, disponível em: <http://www.bizgov.pt>

Art.º 3 - Órgão que tomou a decisão de contratar

O Conselho Intermunicipal da CIM Cávado, no dia 13/03/2017, deliberou contratar nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 130.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29.01. (abreviadamente designado por CCP).

Art.º 4 - Concorrentes

Podem apresentar propostas as entidades que:

- a) Não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55º do CCP;
- b) Cumpram os requisitos impostos pela Direção Geral do Território (DGT) para o exercício da atividade de produção de cartografia topográfica ou temática de base topográfica, tais como:
 - b.1. Entidades que contenham obrigatoriamente no seu objeto social a expressão “produção de cartografia”;
 - b.2. Entidades que tenham efetuado comunicação prévia para o exercício de atividades de produção de cartografia topográfica ou temática de base topográfica, constando assim na listagem de entidades acreditadas para a produção de cartografia, constante do site da DGT.

Art.º 5 - Documentos do Procedimento

As peças do procedimento encontram-se integralmente disponibilizadas, gratuitamente, na plataforma eletrónica de contratação pública da “Saphety”, disponível no Portal <http://www.bizgov.pt>.

Art.º 6- Preço Base

1. O preço máximo que a entidade adjudicante se propõe a pagar para a prestação dos serviços objeto do contrato de aquisição de serviços é 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros) ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CIM Cávado, incluindo despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos meios materiais do prestador de serviços.

Art.º 7 - Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita segundo o critério do mais baixo preço da proposta previsto no artigo 74º/1/alínea b) do CCP.
2. Em caso o empate utilizar-se-á o método do sorteio entre as propostas empatadas, para se determinar a que fica em primeiro lugar.

SECÇÃO II - Propostas

Art.º 8 - Prazo de apresentação de propostas

Nos termos estatuídos no artigo 136º do CCP, o prazo para apresentação de propostas é de 47 dias de calendário, a contar da data do envio, do respetivo anúncio, para publicação no Diário da República Portuguesa e no Jornal Oficial da União Europeia, até às 23,59 horas.

Art.º 9- Pedidos de esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através de plataforma eletrónica de contratação pública da “Saphety”, disponível em <http://www.bizgov.pt>, dentro do primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, conforme estatuído no nº 1 do artigo 50º CCP.
2. A competência para a análise dos pedidos de esclarecimentos caberá ao júri do procedimento.
3. Os esclarecimentos a que se refere o ponto 1 serão analisados e posteriormente comunicados pelo júri do procedimento, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas. No caso de os esclarecimentos serem prestados para além do referido prazo, o prazo para apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.

4. Os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e prestados, serão disponibilizados no portal da Internet <http://www.bizgov.pt>, na plataforma utilizada pela entidade adjudicante “Saphety” e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados desse facto.

Art.º 10 - Proposta

1. As propostas devem ser apresentadas, na plataforma eletrónica de contratação pública da “Saphety”, no site <http://www.bizgov.pt>
2. Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
3. Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.
4. Os preços, que não devem incluir o IVA, são indicados em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o valor expresso por extenso.
5. A proposta deve mencionar expressamente que aos preços unitários acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável ou referência ao regime de isenção, se for o caso.
6. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes.
7. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 dias contados da data limite para a sua entrega, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aquele nada requerer em contrário.

Art.º 11 - Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Art.º 12 - Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

Art.º 13- Documentos da proposta

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Proposta de acordo com o **anexo III** ao presente programa de concurso;
 - b) Declaração na qual os concorrentes indiquem a denominação social, número de pessoa coletiva, sede, filiais que interessem à execução do contrato, objeto social, nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem, conservatória do registo comercial onde de encontra matriculada e o seu número de matrícula nessa conservatória, ou em alternativa, a certidão permanente da empresa;
 - c) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo I** ao presente Programa de Procedimento;
 - d) Memória descritiva e justificativa sobre a forma como preveem executar o fornecimento solicitado;

e) Lista dos preços propostos para a execução do fornecimento solicitado, especificando obrigatoriamente os valores decompostos das seguintes fases:

- i. Voo (Para a escala 1:10 000);
- ii. Validação das fotografias aéreas 1:10 000;
- iii. Modelo Numérico Topográfico 1:10 000;
- iv. Modelo Numérico Altimétrico 1:10 000;
- v. Modelo Numérico Cartográfico 1:10 000;
- vi. Homologação da cartografia 1:10 000.

f) Cronograma de execução.

Art.º 14 - Modo de Apresentação das Propostas

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em Língua Portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
2. A proposta e demais documentos são diretamente apresentados em plataforma eletrónica de contratação pública da “Saphety”, disponível em <http://www.bizgov.pt>.

SECÇÃO III - Adjudicação

Art.º 15 - Escolha do Adjudicatário

Concluídas as formalidades do procedimento pré-contratual o órgão competente para autorizar a despesa, com base no relatório final elaborado pelo Júri, decide sobre a graduação das propostas apresentadas e sobre a adjudicação do contrato.

Art.º 16 - Notificação da adjudicação

O órgão competente para a decisão de contratar notifica a decisão de adjudicação, juntamente com o relatório final, em simultâneo a todos os concorrentes, notificando ainda o adjudicatário para prestar caução e apresentar os documentos de habilitação.

Art.º 17 - Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
 - a) Não entregue a documentação que lhe seja exigida nos termos do artigo 81º CCP;
 - b) Não compareça no dia, hora e local fixado para a outorga do contrato.
2. Nos casos previstos no número anterior, a entidade competente para autorizar a despesa pode decidir pela adjudicação ao concorrente classificado em segundo lugar.

Art.º 18º Causas de não adjudicação

1. A Comunidade Intermunicipal do Cávado reserva-se o direito de não adjudicação, caso a candidatada apresentada ao POSEUR para financiamento da presente aquisição de serviços não seja aprovada.
2. Não há lugar a adjudicação quando se verifiquem os pressupostos definidos no artigo 79º do CCP, designadamente quando:
 - a) Nenhum candidato se haja apresentado ou nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
3. Caso se verifique a não adjudicação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão, das medidas a adotar de seguida e dos respetivos fundamentos.

SECÇÃO IV - Caução

Art.º 19 - Prestação de Caução

1. A caução, de acordo com o nº 1 do art.º 89, será de 5% do preço contratual, destinada a garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada:
 - a) Por depósito em dinheiro (**Anexo IV** ao presente Programa do Procedimento);
 - b) Por garantia bancária à primeira solicitação (**Anexo V** do presente Programa do Procedimento), ou,
 - c) Por seguro-caução à primeira solicitação, nos termos do modelo constante do **Anexo VI** ao presente Programa, que dele fazem parte integrante.
2. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo Adjudicatário é de 10% (dez por cento) do preço contratual.

Art.º 20º - Liberação da prestação da caução

No prazo de 30 dias contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do adjudicatário, a entidade adjudicante promove a liberação da caução a que se refere o artigo anterior, nos termos do número 3 do artigo 295.º do CCP.

SECÇÃO V - Contrato

Art.º 21º - Aceitação da minuta do contrato

1. A minuta do contrato, nos termos do nº 1 do artigo 100º do CCP, será notificada ao adjudicatário para aceitação.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação, nos termos do artigo 101º do CCP.

Art.º 22º - Reclamações contra a minuta de contrato

1. São admissíveis reclamações contra a minuta de contrato, desde que estas se insiram no prescrito no nº1 do artigo 102º do CCP.
2. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a defere se nada disser no referido prazo.

Art.º23º - Celebração de contrato escrito

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de quinze dias a contar da data de aceitação da minuta.
2. Havendo reclamação contra a minuta, o prazo fixado no número anterior conta-se a partir do conhecimento da decisão sobre a reclamação contra aquela ou do termo do prazo fixado para o respectivo deferimento tácito.
3. A entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, hora e local em que se celebra o contrato.
4. Se a entidade pública contratante não celebrar o contrato no prazo fixado, pode o adjudicatário desvincular-se da proposta, sem prejuízo de direito a justa indemnização.

SECÇÃO VI - Declarações e documentos

Art.º 24 - Documentos de Habilitação

1. No prazo de 10 dias úteis, contados da notificação de adjudicação, deve o adjudicatário entregar os documentos de habilitação a que se refere o n. 1, do artigo 81º do CCP, emitidos pelas autoridades competentes e que a seguir se indicam:

a) Declaração emitida nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código de Contratos Públicos, cujo modelo consta do **Anexo II** a este programa de procedimento;

b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

- Certificado de registo criminal da pessoa singular ou dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência no caso de pessoas coletivas;
- Declaração e documento comprovativo atestando estar a situação do adjudicatário regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal, ou no Estado de que sejam nacionais ou onde se situe o seu estabelecimento principal;

- Declaração e documento comprovativo atestando estar a situação do adjudicatário regularizada relativamente a Impostos devidos em Portugal, ou no Estado de que sejam nacionais ou onde se situe o seu estabelecimento principal;

c) Cópia dos estatutos da firma ou documento equivalente, onde se possa verificar que a empresa tem como atividade da prestação de serviços objeto do contrato.

d) Deverá ainda o concorrente adjudicatário apresentar:

- Identificação da (s) pessoa (s) que tomará (ão) parte na outorga do contrato como representante da Firma (nome, estado civil, freguesia e concelho da naturalidade, residência, n.º do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão e data) e documento autenticado que prove ter poderes para o ato;
- Fotocópia (frente e verso) do cartão de pessoa coletiva/ou empresário em nome individual e, sendo sociedade, prova da sua constituição (atualizada);

2. O prazo fixado nos termos do número anterior pode, por motivos devidamente justificados, ser prorrogado.

3. A não apresentação pelo concorrente ou adjudicatário dos documentos solicitados ao abrigo do disposto no presente artigo, por motivo que lhe seja imputável, determina, para além da execução do procedimento ou da anulação da adjudicação, consoante o caso, a impossibilidade de, durante dois anos, concorrer a procedimentos abertos pela entidade adjudicante.

Art.º 25 - Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

1. Serão notificados em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

2. Os documentos de habilitação deverão ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada no processo de concurso para consulta de todos os concorrentes.

SECÇÃO VII - Disposições finais

Art.º 26 - Anulação do procedimento

1. A entidade competente para autorizar a despesa pode, em qualquer momento, anular o presente concurso quando:

- a) Por circunstância imprevisível seja necessário alterar os elementos fundamentais dos documentos que servem de base ao concurso;
- b) Outras razões supervenientes e de manifesto interesse público o justifiquem.

2. No caso da alínea a) do número anterior é obrigatória a abertura de um novo concurso, no prazo de seis meses a contar da data do despacho de anulação.

3. A decisão de anulação do concurso é fundamentada e publicitada nos mesmos termos em que foi publicitada a sua abertura.

4. Os concorrentes que, entretanto, tenham apresentado propostas são notificados dos fundamentos da decisão de anulação do concurso e, ulteriormente, da abertura do novo concurso.

Art.º 27 - Legislação e normativos aplicáveis

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no CCP, bem como o disposto na regulação prevista pela Direção Geral do Território no sítio da internet em http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/regulacao/

ANEXOS AO PROGRAMA DO CONCURSO

- Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º e o artigo 13.º, n.º 1, alínea c) deste programa.
- Anexo II – Modelo de declaração [a que se refere o artigo 24.º, n.º 1, alínea a) do Programa do Concurso e a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]
- ANEXO III - Modelo da proposta a que se refere o artigo 13.º, n.º 1, alínea b) do Programa do Concurso
- ANEXO IV – Modelo de guia de depósito (em dinheiro).
- ANEXO V - Modelo de garantia bancária à primeira solicitação.
- ANEXO VI - Modelo de seguro-caução à primeira solicitação.

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO (a que se refere a alínea a) nº.1 do Art.º 57.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro)

1 -, (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) .

b) .

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº.1 do artigo 21.º do Decreto-Lei nº.433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do nº 1 do artigo 71º da Lei 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória; (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº.1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham

essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por alguns dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1.º do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (18)].

1 Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

2 No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada

3 Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n. os 2 e 3 do artigo 57.º

4 Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação

- 5 Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação
- 6 Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva
- 7 Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação
- 8 Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação
- 9 Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva
- 10 Declarar consoante a situação
- 11 Declarar consoante a situação
- 12 Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória
- 13 Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória
- 14 Declarar consoante a situação
- 15 Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação
- 16 Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação
- 17 Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva
- 18 Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de - obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (11)].

1 Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

2 No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

- 3 Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação
- 4 Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação
- 5 Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva
- 6 Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- 7 Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- 8 Declarar consoante a situação.
- 9 Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- 10 No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- 11 Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º

Anexo III - MODELO DE PROPOSTA

... (indicar nome, Estado, profissão e morada, ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objecto da ... (designação da prestação de serviços), a que se refere o anúncio, datado de..., obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem essa prestação, em conformidade com o caderno de encargos, pela quantia de... Euros, (por extenso e por algarismos).

Este valor corresponde ao valor da proposta com a incorporação do valor relativo aos erros e omissões). A este valor acresce o IVA à taxa legal em vigor.

No cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, apresenta-se de forma expressa e inequívoca os seguintes documentos:

- a) Lista de preços unitários conforme a tabela abaixo apresentada da qual resulta o valor global de Euros¹
- b) Os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do n.º5, do artigo 61.º do CCP, pelo valor de Euros, conforme lista anexa.(Caso aplicável)

Às quantias supramencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data:

Assinatura:

Descrição dos serviços	Preço proposta
Ortofotocartografia€
Modelo Numérico Altimétrico do Terreno€
Modelo Numérico Topográfico€
Modelo Numérico Cartográfico€
Homologação€
....
Valor Global€

ANEXO IV – MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO (EM DINHEIRO)

Vai, com sede, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, depositar na..... (sede, filial, agência ou delegação) da..... (instituição) a quantia deEuros...(..... euros), (em dinheiro ou representada por)....., como caução exigida para a celebração de um contrato de aquisição de serviços designado por “AQUISIÇÃO DE CARTOGRAFIA NUMÉRICA VETORIAL E ORTOFOTOCARTOGRAFIA À ESCALA 1:10 000”, para os efeitos do disposto no artigo 88.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem Comunidade Intermunicipal do Cávado, abreviadamente designada por CIM CÁVADO, com sede na Rua do Carmo, 29 - 4700-309 Braga, Tel.: 253 201 365 Fax: 253 201 369, Correio eletrónico: geral@cimcavado.pt, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data ...

Assinatura reconhecida na qualidade,

ANEXO V - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

O Banco, com sede em....., matriculado na Conservatória do registo Comercial de, com o capital social de, em nome e a pedido de de(adjudicatário), com sede em, pessoa coletiva, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de....., sob o nº....., com o capital social de, presta a favor de Comunidade Intermunicipal do Cávado, abreviadamente designada por CIM CÁVADO, com sede na Rua do Carmo, 29 - 4700-309 Braga, Garantia Bancária autónoma, irrevogável e à primeira solicitação, no valor de, correspondente a 5% do valor contratual de....., conforme previsto no Programa do Concurso , destinado a garantir o bom e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações que.....(empresa adjudicatária) assumirá no contrato de aquisição de bens móveis que com ela o Comunidade Intermunicipal do Cávado, abreviadamente designada por CIM CÁVADO, com sede na Rua do Carmo, 29 - 4700-309 Braga, , vai outorgar e que tem por objeto a celebração de um contrato de aquisição de serviços designado por “AQUISIÇÃO DE CARTOGRAFIA NUMÉRICA VETORIAL E ORTOFOTOCARTOGRAFIA À ESCALA 1:10 000”, regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Comunidade Intermunicipal do Cávado, abreviadamente designada por CIM CÁVADO, com sede na Rua do Carmo, 29 - 4700-309 Braga, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que.....(empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro).

Assegura o Banco, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e as determinações da legislação portuguesa que é aplicável e em especial a legislação bancária, sendo o foro competente o do Tribunal da Comarca de Braga, para dirimir quaisquer questões relativas à presente garantia, com expressa renúncia a qualquer outro.

Finalmente, os signatários da presente que o Banco e estes estão regularmente autorizados a prestar a Garantia Bancária desta natureza, consoante disposição do Estatuto Social do Banco.

Data

Assinatura reconhecida na qualidade

ANEXO VI - MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

A companhia de seguros, com sede em, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor da Comunidade Intermunicipal do Cávado, abreviadamente designada por CIM CÁVADO, com sede na Rua do Carmo, 29 - 4700-309 Braga, Tel.: 253 201 365 Fax: 253 201 369, Correio eletrónico: geral@cimcavado.pt, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente à caução de 5% prevista no Programa do Concurso , destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária), pessoa coletiva n....., matriculada na Conservatória d Registo Comercial de....., sob o nº....., com o capital de, assumirá no contrato que com ela a Comunidade Intermunicipal do Cávado, abreviadamente designada por CIM CÁVADO, vai outorgar e que tem por objeto a celebração de um contrato de aquisição de serviços designado por “AQUISIÇÃO DE CARTOGRAFIA NUMÉRICA VETORIAL E ORTOFOTOCARTOGRAFIA À ESCALA 1:10 000”, regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da Comunidade Intermunicipal do Cávado, abreviadamente designada por CIM CÁVADO, com sede na Rua do Carmo, 29 - 4700-309 Braga, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à Comunidade Intermunicipal do Cávado, abreviadamente designada por CIM CÁVADO, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro).

O presente Seguro-caução rege-se pela legislação portuguesa, sendo o foro do Tribunal da Comarca de Braga o competente para dirimir quaisquer questões dele emergentes, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data

Assinatura reconhecida na qualidade